

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

REF. EDITAL Nº01/2011- CONCURSO PÚBLICO

AUDITOR

PROVA 01

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo do fiscal um Caderno de Questões com 100 (cem) questões numeradas sequencialmente que compõem a prova objetiva, conforme quadro a seguir:

QUANTIDADE DE QUESTÕES	MATÉRIA
01 a 10	Língua Portuguesa
11 a 25	Contabilidade e Auditoria
26 a 35	Administração Financeira e Orçamentária
36 a 45	Direito Previdenciário
46 a 55	Direito Constitucional
56 a 70	Direito Administrativo
71 a 75	Direito Financeiro
76 a 85	Controle Externo
86 a 90	Direito Penal
91 a 95	Direito Civil
96 a 100	Economia e Administração

- Você receberá, também, a Folha de Respostas personalizada para transcrever as respostas das questões da prova objetiva.

ATENÇÃO

- É proibido folhear o Caderno de Questões antes da autorização do fiscal.
- Após autorização, verifique se o Caderno de Questões está completo, sem falhas de impressão e se a numeração está correta. Confira também se sua prova corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu. Caso haja qualquer divergência, comunique o fato ao fiscal imediatamente.
- Confira seu nome completo, o número de seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Caso encontre alguma divergência, comunique o fato ao fiscal para as devidas providências.
- Você deverá transcrever as respostas das questões objetivas para a Folha de Respostas definitiva, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da Folha de Respostas é de inteira responsabilidade do candidato.
- Para realização da prova o candidato deverá utilizar caneta esferográfica transparente, com tinta de cor azul ou preta.
- Leia atentamente cada questão da prova e assinale, na Folha de Respostas, a opção que a resposta corretamente. Exemplo correto da marcação da Folha de Respostas:
- A Folha de Respostas não poderá ser dobrada, amassada, rasurada ou conter qualquer marcação fora dos campos destinados às respostas.
- O candidato deverá marcar na Folha de Respostas o número que corresponde a sua prova.**
- Na correção da Folha de Respostas, será atribuída nota 0 (zero) às questões não assinaladas, que contiverem mais de uma alternativa assinalada, emenda ou rasura, ainda que legível.
- Você dispõe de 5h (cinco horas) para fazer a prova, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Faça-a com tranquilidade, mas controle seu tempo.
- Você somente poderá deixar definitivamente a sala de prova após 60 (sessenta) minutos de seu início. Em nenhuma hipótese o candidato poderá levar o Caderno de Questões, devendo, obrigatoriamente, devolver ao fiscal da sala a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada e o Caderno de Questões. As provas estarão disponibilizadas no site da AOCPC (www.aocpc.com.br), a partir da divulgação do Gabarito Oficial. O candidato poderá anotar o gabarito no verso da capa da prova e levar consigo.
- Os 03 (três) últimos candidatos da sala só poderão sair juntos e após a conferência de todos os documentos da sala e assinatura do termo de fechamento.
- Durante a prova, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, régua de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação.
- Será eliminado do concurso público o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido utilizando aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessório de chaparia tais como chapéu, boné, gorro etc.
- Incorrerá, também, na eliminação do candidato, caso qualquer equipamento eletrônico venha a emitir ruídos, mesmo que devidamente acondicionado no envelope de guarda de pertences, durante a realização das provas.
- Os objetos de uso pessoal, incluindo telefones celulares, deverão ser desligados e mantidos dessa forma até o término da prova e entrega da Folha de Respostas ao fiscal.
- Qualquer tentativa de fraude, se descoberta, implicará em imediata denúncia à autoridade competente, que tomará as medidas cabíveis, inclusive com prisão em flagrante dos envolvidos.

------(destaque aqui)-----



FOLHA PARA ANOTAÇÃO DAS RESPOSTAS DO CANDIDATO

QUESTÃO	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
RESP.																									
QUESTÃO	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
RESP.																									

QUESTÃO	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
RESP.																									
QUESTÃO	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
RESP.																									

LÍNGUA PORTUGUESA

Bad boy com toque patético

O afã de afrontar conveniências parece condição necessária para que Lars von Trier consiga se expressar

Eduardo Escorel

Usar o prelúdio da abertura de *Tristão e Isolda*, de Wagner, como trilha musical é prova da audácia de Lars von Trier, roteirista e diretor de *Melancolia*. Recorrendo a tamanho lugar-comum para dar tom solene e impressão de grandiosidade ao filme, Trier corre o alto risco de ultrapassar o limite que separa ambição legítima de artifício pretensioso.

Trier consegue, porém, escapar pela tangente dessa armadilha que preparou para si mesmo, e evita a gratuidade formal, apesar de, além de recorrer a Wagner, dedicar os dez minutos iniciais de *Melancolia* a imagens alegóricas de instantes descontextualizados, reproduzidas em câmera lentíssima. Em retrospecto, o sentido dos planos da abertura fica claro, constituindo figura de linguagem conhecida – antecipação estilizada do desfecho da narrativa para criar expectativa pelo que virá.

Depois de dois anos de trabalho, horrorizado com o resultado, Trier declarou estar pronto para rejeitar *Melancolia* “como um órgão mal transplantado” por ter “chantili em cima de chantili” e ser “um filme de mulher!”. Ele quisera “mergulhar de cabeça no abismo do romantismo alemão. Wagner ao quadrado”. Isso estava claro para ele, mas ainda assim se perguntava: “Essa não será apenas outra maneira de expressar derrota? Derrota para um dos denominadores comuns mais baixos do cinema? O romantismo é maltratado de tudo quanto é forma no insuportavelmente entediante cinema industrial.” Tinha esperança, contudo, que “em meio a todo o creme houvesse uma lasca de osso que pudesse afinal quebrar um dente frágil”.

A primeira reação de Trier a *Melancolia* denota senso crítico incomum e pode tê-lo ajudado a fazer um filme mais a seu gosto – ácido, pessimista e opressor –, evitando um estilo meloso e ornamental. Mesmo frustrado, por não ter sido capaz de incluir um pouco da feiura que tanto aprecia em meio às belíssimas imagens, Trier não deixa de provocar inquietação no espectador. Nem o uso de câmera instável, estilo já banalizado pela linguagem corrente, nem o elenco de estrelas internacionais apagam sua marca autoral, fácil de reconhecer desde *O Elemento do Crime*, seu primeiro filme, realizado em 1984 – qualquer que seja o enredo, os personagens devem percorrer sua via dolorosa.

Inconformado com a própria maturidade, há algo de patético na resistência de Trier em deixar de ser, aos 55 anos, um *bad boy*. Nostálgico das transgressões da juventude, parece ter orgulho da coleção de notas zero em comportamento recebidas ao longo da sua premiada carreira. Propenso a ser sempre do contra e a causar sofrimento, foi irresponsável na entrevista coletiva do último Festival de Cannes. Sem medir as palavras, declarou em tom irônico entender e simpatizar com Hitler, que “fez algumas coisas erradas, sim, com certeza. [...] Eu sou, é claro, muito a favor dos judeus, não, não muito porque Israel não presta”. Arrematou dizendo, depois de um suspiro: “O.k., eu sou um nazista.”

Declarado *persona non grata* pela direção do evento, no qual *Melancolia* foi exibido na mostra oficial, é possível que Trier tenha recebido a notícia como um prêmio por sua leviandade. O paradoxo é que seu compromisso de afrontar conveniências, traço que imprime a seus

personagens, parece condição necessária para que consiga se expressar.

Revista *Piauí*, Edição 59, 2011.

QUESTÃO 01

Da leitura do texto depreende-se que

- I. as críticas desfavoráveis a seu filme *Melancolia* se referem à presença de um elenco de estrelas internacionais e ao emprego do prelúdio da abertura de *Tristão e Isolda*, de Wagner.
- II. as marcas de Trier em seus filmes são tão marcantes que o elenco de estrelas internacionais e a câmera instável não apagam suas marcas autorais.
- III. o tão esperado tema romântico ficou longe do filme de Trier, o que, para o autor do texto, provocou a inquietação do público telespectador.
- IV. Trier é sempre premiado devido ao seu comportamento transgressor, característica que imprime também a seus personagens.

Está(ão) correta(s)

- (A) apenas I.
- (B) apenas II.
- (C) apenas III.
- (D) apenas I e II.
- (E) apenas II e III.

QUESTÃO 02

Assinale a alternativa em que há falta de paralelismo sintático.

- (A) “O romantismo é maltratado de tudo quanto é forma no insuportavelmente entediante cinema”
- (B) “Sem medir as palavras, declarou em tom irônico entender e simpatizar com Hitler”
- (C) “Propenso a ser sempre do contra e a causar sofrimento, foi irresponsável”
- (D) “o sentido dos planos da abertura fica claro, constituindo figura de linguagem conhecida”
- (E) “pode tê-lo ajudado a fazer um filme mais a seu gosto – ácido, pessimista e opressor –”

QUESTÃO 03

Está correta a seguinte afirmação sobre uma passagem do texto:

- (A) A expressão apesar de (2.º parágrafo) é empregada para apontar a causa para Trier ter recorrido a Wagner e a imagens alegóricas de instantes descontextualizados, reproduzidas em câmera lentíssima.
- (B) A expressão contudo (3.º parágrafo) é empregada para sintetizar o pensamento de Trier para quem seu filme deveria ter ao menos “uma lasca de osso que pudesse afinal quebrar um dente frágil”.
- (C) Em “A primeira reação de Trier a *Melancolia* denota senso crítico incomum e pode tê-lo ajudado” (4.º parágrafo), o pronome pode ser colocado após o participio.
- (D) Em “imagens alegóricas de instantes descontextualizados, reproduzidas em câmera” (2.º parágrafo), a expressão reproduzidas pode ficar no masculino plural para concordar com instantes.
- (E) Em “Isso estava claro para ele, mas ainda assim se perguntava” (3.º parágrafo), o pronome se pode ser empregado encliticamente, visto que se encontra em oração coordenada adversativa.

QUESTÃO 04

“Declarado *persona non grata* pela direção do evento, no qual *Melancolia* foi exibido na mostra oficial...”

Uma reescrita do fragmento acima que atende à norma padrão da língua portuguesa é

- (A) Declarado *persona non grata* pela direção do evento, de cuja mostra oficial foi exibido *Melancolia*...
- (B) Declarado *persona non grata* pela direção do evento, de que na mostra oficial *Melancolia* foi exibido...
- (C) Declarado *persona non grata* pela direção do evento, cuja mostra oficial foi exibido *Melancolia*...
- (D) Declarado *persona non grata* pela direção do evento, da qual mostra oficial *Melancolia* foi exibido...
- (E) Declarado *persona non grata* pela direção do evento, em cuja mostra oficial *Melancolia* foi exibido...

QUESTÃO 05

“Declarado *persona non grata* pela direção do evento, no qual *Melancolia* foi exibido na mostra oficial, é possível que Trier tenha recebido a notícia como um prêmio por sua leviandade.”

A alternativa em que o elemento por estabelece a mesma relação semântica daquela encontrada no fragmento acima é

- (A) Pedro planta milho e, no final do ano, vende-o por quilo.
- (B) Os jornalistas sempre lutam por liberdade de expressão.
- (C) A lista de chamada da escola é feita por ordem alfabética.
- (D) Após o acidente, Jorge aposentou-se por invalidez.
- (E) Selma chorou por três anos a morte dos pais e do filho.

QUESTÃO 06

Assinale a alternativa correta quanto ao que se afirma abaixo.

- (A) Em “Nem o uso de câmera instável, estilo já banalizado pela linguagem corrente, nem o elenco de estrelas internacionais apagam”, o verbo apagar também pode ficar no singular.
- (B) A expressão pela, em “Trier consegue, porém, escapar pela tangente” e em “estilo já banalizado pela linguagem corrente”, introduz a mesma relação semântica.
- (C) Em “A primeira reação de Trier a *Melancolia* denota”, o acento indicativo de crase é facultativo, visto que a expressão Melancolia está empregada em sentido restrito.
- (D) Em “Trier consegue, porém, escapar pela tangente”, as vírgulas foram empregadas por exigência da locução verbal consegue escapar.
- (E) Em “Nem o uso de câmera instável, estilo já banalizado pela linguagem corrente, nem o elenco de estrelas internacionais apagam sua marca autoral”, a vírgula após a expressão corrente é facultativa, visto que a expressão nem está repetida.

QUESTÃO 07

“Recorrendo a tamanho lugar-comum para dar tom solene e impressão de grandiosidade ao filme, Trier corre o alto risco de ultrapassar o limite que separa ambição legítima de artifício pretensioso.”

Sem alterar o sentido original do texto, o fragmento em destaque pode ser reescrito da seguinte forma:

- (A) Como recorreu a tamanho lugar-comum.
- (B) Apesar de ter recorrido a tamanho lugar-comum.
- (C) Porquanto recorreu a tamanho lugar-comum.

- (D) Ao recorrer a tamanho lugar-comum.
- (E) Conquanto tenha recorrido a tamanho lugar-comum.

QUESTÃO 08

Assinale a alternativa INCORRETA quanto ao que se afirma sobre o texto.

- (A) Em “Trier corre o alto risco de ultrapassar o limite”, a oração de ultrapassar o limite funciona como complemento nominal da expressão risco.
- (B) Em “mas ainda assim se perguntava”, a expressão ainda assim pode ser substituída, sem prejuízo para o texto, pela expressão apesar disso.
- (C) Em “denota senso crítico incomum e pode tê-lo ajudado a fazer um filme”, a oração a fazer um filme funciona como objeto indireto da forma verbal ajudar.
- (D) A forma verbal devem (4.º parágrafo) foi empregada para modalizar o conteúdo subsequente, ou seja, as personagens de Trier devem, necessariamente, percorrer uma via dolorosa.
- (E) Em “Tinha esperança, contudo, que em meio a todo o creme houvesse uma lasca de osso”, a oração que em meio a todo o creme houvesse uma lasca de osso funciona como objeto direto.

QUESTÃO 09

Assinale a alternativa INCORRETA quanto aos aspectos linguísticos presentes no texto.

- (A) A expressão paradoxo (último parágrafo) remete à inconstância de opinião que Trier tem a respeito de Hitler, de Israel e dos judeus em geral.
- (B) A expressão lugar-comum (1.º parágrafo) remete ao recurso empregado por Trier: “o prelúdio da abertura de *Tristão e Isolda*, de Wagner”, como trilha musical de abertura de *Melancolia*.
- (C) A expressão traço (último parágrafo) é empregada pelo autor para definir uma característica de Trier, a de ir contra as conveniências.
- (D) Em “Isso estava claro para ele” (3.º parágrafo), o pronome isso retoma, anaforicamente, o fragmento “mergulhar de cabeça no abismo do romantismo alemão. Wagner ao quadrado”.
- (E) A expressão nessa armadilha (2.º parágrafo) é empregada pelo autor como forma de definir o risco que Trier correu ao ultrapassar “o limite que separa ambição legítima de artifício pretensioso.”

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa cuja observação NÃO está correta.

- (A) O travessão após a expressão figura de linguagem conhecida (2.º parágrafo) marca a introdução de um aposto que explica que figura é essa.
- (B) O emprego do sinal indicativo de crase, em às belas imagens (4.º parágrafo), deve-se ao fato de se tratar de locução adverbial cujo núcleo é palavra feminina.
- (C) Em “fácil de reconhecer desde *O Elemento do Crime*, seu primeiro filme,” (4.º parágrafo), as vírgulas foram empregadas para marcar um aposto explicativo
- (D) A vírgula após a expressão opressor (4.º parágrafo) foi empregada para marcar a introdução de uma oração coordenada aditiva reduzida de gerúndio.
- (E) A expressão a notícia (último parágrafo) remete ao fato de Trier, apesar de leviano e nazista, ter vencido o Festival de Cannes com o filme *Melancolia*.

CONTABILIDADE E AUDITORIA

QUESTÃO 11

Assinale a alternativa que apresenta itens do grupo “passivo não circulante”.

- (A) Empréstimo com promessa de pagamento em ações e ações em tesouraria.
- (B) Declaração de dividendos em ações e aquisição de bens através de leasing.
- (C) Assinatura de um pedido de compra e assinatura do contrato de compra.
- (D) Receitas e despesas diferidas.
- (E) Assinatura de contrato de Compra de mercadoria para entrega periódica por um período de dois anos, com prazo de pagamento para 90 dias após entrega das mercadorias.

QUESTÃO 12

Assinale a alternativa correta.

- (A) Mercadorias adquiridas para revenda e que se encontram em trânsito no ato do levantamento do balanço, não devem ser consideradas no Ativo.
- (B) Um bem incorporado por doação, desde que represente benefícios futuros, deve ser considerado no Ativo.
- (C) Os custos históricos e correntes são diferentes desde a data de incorporação de um ativo adquirido novo.
- (D) O Passivo é decorrente de transações futuras.
- (E) Os Passivos podem ser classificados, quanto a sua natureza, em “legais”, “quantitativos” e “contingentes”.

QUESTÃO 13

Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) De acordo com o princípio da continuidade, as demonstrações contábeis normalmente são elaboradas pressupondo que a entidade não tem a intenção de entrar em liquidação, nem reduzir materialmente a escala das suas operações.
- (B) O Princípio da Oportunidade diz respeito ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais, de forma a produzir informações íntegras e tempestivas.
- (C) Considera-se incorrido os custos e despesas pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.
- (D) O princípio da competência refere-se ao momento de geração do evento econômico que promoveu a variação patrimonial da entidade.
- (E) O empresário, sendo único proprietário, deve exigir que se contabilize todos os gastos incorridos pela empresa e por ele para atender o Princípio Contábil da Entidade.

QUESTÃO 14

A empresa “Y” apresentava um saldo bancário de R\$50.000,00 e em caixa o total de R\$10.000,00. Seu estoque inicial era de 10 unidades ao custo unitário de R\$9,00 cada. Adquiriu no dia 05/01/X1, 30 unidades, pagando um total de R\$300,00 com cheque do Banco do Brasil S/A. No dia 10/01/X1, adquiriu mais 15 unidades ao custo unitário de R\$ 15,00 cada, pagando em dinheiro. Em 20/01/X1 vendeu 50 unidades pelo valor total de R\$ 1.500,00. Considerando as informações apresentadas e os critérios de avaliação de estoque, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O CMV pelo critério de valoração de estoque PEPS é R\$540,00.
- (B) O estoque final pelo critério de valoração de estoque UEPS é R\$45,00.

- (C) O CMV pelo critério da Média Ponderada Móvel é de aproximadamente R\$559,00.
- (D) O estoque final pelo critério PEPS é R\$75,00.
- (E) O CMV pelo critério de valoração de estoque UEPS é R\$450,00.

QUESTÃO 15

A Comercial TKM Ltda. é uma empresa comercial varejista que adquiriu, da Indústria KJH Ltda., 100 unidades do produto alfa no valor unitário de R\$165,00 (sem IPI) e teve um frete de transporte no valor de R\$360,00. Supondo-se a alíquota das operações de: IPI de 10%; ICMS de 18%, PIS de 1,65% e COFINS de 7,6%, determine os valores do custo da mercadoria, ICMS, PIS e COFINS para fins de registro contábil, considerando que a empresa recupera os tributos, e assinale a alternativa correta.

- (A) R\$13.204,13; R\$3.267,00; R\$399,48; R\$1.379,40.
- (B) R\$12.003,75; R\$2.970,00; R\$272,25; R\$1.254,00.
- (C) R\$13.915,65; R\$3.034,80; R\$278,19; R\$1.281,36.
- (D) R\$12.265,65; R\$3.034,80; R\$278,19; R\$1.281,36.
- (E) R\$13.466,03; R\$3.331,80; R\$305,42; R\$1.406,76.

RASCUNHO

QUESTÃO 16

A contadora Beatriz da JÓIA-JÁ.COM LTDA. está em fase de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa e Equivalentes de caixa pelo método indireto. Para tanto, coletou as informações constantes nos quadros a seguir. Pede-se: determinar os valores de Saldo líquido das atividades Operacionais, de Financiamentos e Investimentos e assinalar a alternativa correta.

BALANÇO PATRIMONIAL		Em Milhares	
CONTAS		20X0	20X1
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE	43.404,0	60.064,0	
Disponibilidades	6.130,0	13.235,0	
Caixa	120,0	23,0	
Bancos	1.230,0	6.980,0	
Aplicações	4.780,0	6.232,0	
Créditos	12.720,0	16.350,0	
Clientes	12.720,0	16.350,0	
Outros Créditos	678,0	718,0	
Tributos a Recuperar	678,0	718,0	
Estoques	23.640,0	29.520,0	
Mercadorias	23.640,0	29.520,0	
Despesas de Exercícios Seguintes	236,0	241,0	
Prêmio de Seguros a Apropriar	236,0	241,0	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.309,0	2.575,0	
INVESTIMENTO	232,0	177,0	
Ações de Outras Companhias	232,0	177,0	
IMOBILIZAÇÕES	2.077,0	2.398,0	
Prédios e Construções	1.764,0	1.787,0	
Máquinas e Equipamentos	362,0	586,0	
Móveis e Utensílios	187,0	301,0	
Computadores e Periféricos	58,0	155,0	
(-) Depreciação Acumulada	(294,0)	(431,0)	
TOTAL ATIVO	45.713,0	62.639,0	
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE	12.049,0	16.364,0	
Fornecedores	11.310,0	14.276,0	
Empréstimos	564,0	1.265,0	
Obrigações Sociais e Fiscais	163,0	179,0	
Outras Obrigações	12,0	18,0	

Provisão para Distribuição de Lucros		626,0
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.272,0
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		1.272,0
Financiamentos		1.272,0
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	33.664,0	45.003,0
Capital Social	32.000,0	35.000,0
Reserva de lucros	1.600,0	10.003,0
Lucros Acumulados	64,0	
TOTAL PASSIVO	45.713,0	62.639,0

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO		Em Milhares
RECEITA BRUTA		163.000,0
(-) Deduções		(44.418,0)
(=) Receitas Líquidas		118.582,0
(-) Custo das Mercadorias Vendidas		(71.149,0)
(=) Lucro Bruto		47.433,0
(-) Despesas Operacionais		(38.928,0)
Despesas com vendas		(21.663,0)
Despesas Administrativas		(17.255,0)
Despesas Financeiras Líquidas		2,0
Resultado da equivalência Patrimonial		(12,0)
(=) Lucro Líquido Operacional		8.505,0
(+/-) Outras Receitas e Despesas		(6,0)
(=) Lucro antes do Imposto de Renda		8.499,0
(-) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social		1.925,0
(=) Lucro Líquido do Exercício		10.424,0

Informações adicionais sobre a movimentação das contas:

a) Valor de venda de Investimentos	37
Custo aquisição do bem vendido	43
b) Valor de compra de Imobilizados	458
Prédios e Construções	23
Máquinas e Equipamentos	224
Móveis e Utensílios	114
Computadores e Periféricos	97
c) Valor da depreciação do exercício	137
d) Valor do financiamento obtido LP	1.200
e) Valor da integralização no período	3.000
f) Valor dos juros passivos LP	72
g) Valor da distribuição de Lucros	2.085
h) Valor Equivalência Patrimonial	(12)

Composição Despesas Financeiras Líquidas

Juros Passivos		96
Longo Prazo	72	
Curto Prazo Empréstimos	21	
Juros a Fornecedores	3	
Juros Ativos		98
Curto Prazo-Aplicações	96	
Juros Comercial	2	
Encargos Financeiros Líquidos		(2)

- (A) R\$4.084; R\$3.884; R\$-863.
- (B) R\$3.642; R\$3.884; R\$-421.
- (C) R\$5.458; R\$2.068; R\$-421.
- (D) R\$4.084; R\$3.442; R\$-421.
- (E) R\$4.084; R\$3.884; R\$-421.

QUESTÃO 17

A Indústria KLL Ltda. fabrica roupas infantis. A receita no último semestre foi de R\$ 4.682.000,00, com um custo Fabril de R\$ 1.576.000,00. Os custos fixos representam 40% do custo fabril. As despesas operacionais da empresa totalizam no período o valor de R\$ 1.218.000,00, sendo que as despesas variáveis representam R\$ 327.740,00. Os tributos e encargos representam 29,75% da receita. Nessas condições, pede-se, (utilize 4 casas após a vírgula para percentuais)

- 1.º Calcular o índice do custo variável;
 - 2.º Calcular o índice de margem de contribuição;
 - 3.º Calcular o ponto de equilíbrio contábil;
 - 4.º Calcular a margem de segurança atual;
- e assinalar a alternativa que apresenta os resultados corretos, respectivamente.

- (A) 27,1965%; 72,8035%; R\$ 2.088.718,26; 124,1566%.
- (B) 20,1965%; 79,8035%; R\$ 1.905.505,40; 145,7091%.
- (C) 56,9465%; 43,0535%; R\$3.532.024,11; 32,5586%.
- (D) 49,9465%; 50,0535%; R\$ 3.038.069,27; 54,1110%.
- (E) 56,9465%; 43,0535%; R\$1.905.505,40; 32,5586%.

QUESTÃO 18

O senhor BEMTEVI necessita calcular o custo de produção da sua empresa e, assim, poder determinar o seu preço de venda. Para tanto levantou algumas informações dos seus dados contábeis conforme tabela abaixo. E, também, levantou informações sobre os componentes que o produto utiliza, assim como o tempo necessário para a sua produção.

- 1.º A empresa fabrica os produtos AAA e BBB, que utilizam as mesmas matérias primas YYY e ZZZ com a seguinte composição:

Produtos	Matérias primas	
	YYY	ZZZ
AAA	3	2
BBB	2	4

- 2.º O custo da matéria prima no seu controle de estoques de YYY é de R\$ 25,00 e de ZZZ é R\$12,00.
- 3.º Os tempos de produção dos produtos AAA e BBB, respectivamente são: 2,5 horas e 4,5 horas.
- 4.º As horas/Homens contratadas para o período, totalmente dedicado à produção é de 4.120 horas a

um custo de R\$ 39.552,00, no entanto os estudos mostraram que há 20% de tempo improdutivo.

5.º Os custos indiretos de fabricação totalizam R\$ 14.832,00 e a empresa pretende alocar com base nas horas/MOD.

6.º O volume de produção para o período é de 800 unidades de AAA e de 288 unidades de BBB.

7.º As despesas operacionais representam 16% e os tributos 27% sobre a receita.

Considerando os dados acima, calcule os custos unitários de cada produto e o Mark Up multiplicador, sabendo-se que a empresa deseja um lucro de 10%, e assinale a alternativa correta.

- (A) R\$ 140,25; R\$ 172,25 e 2,1277.
- (B) R\$ 132,00; R\$ 157,40 e 2,1277.
- (C) R\$ 132,00; R\$ 157,40 e 1,7544.
- (D) R\$ 140,25; R\$ 172,25 e 1,7544.
- (E) R\$ 138,00; R\$ 168,20 e 2,1277.

QUESTÃO 19

O Senhor Pedro de Tal foi contratado como contador pela Cia. JKP Industrial Ltda. Precisa, agora, decidir qual método de custeio aplicar para fins da contabilidade financeira. Quais dos métodos, a seguir apresentados, podem ser aplicados? Indique a alternativa correta.

- (A) Absorção, Variável, UEP (Unidade de Esforço de Produção), ABC (Activity Based Costing).
- (B) Absorção, ABC (Activity Based Costing), UEP (Unidade de Esforço de Produção).
- (C) ABC(Activity Based Costing) , Absorção, Variável, RKW (Reichskuratorium für Wirtschaftlichkeit).
- (D) Direto, Variável, Absorção, RKW(Reichskuratorium für Wirtschaftlichkeit).
- (E) Direto, Variável, ABC (Activity Based Costing).

QUESTÃO 20

Risco de Negócio e Risco de Controle são dois componentes de risco da entidade no nível de afirmação que, em auditoria, significam, respectivamente,

- (A) risco inerente é a suscetibilidade de saldo de uma conta apresentar distorção que afeta a entidade no alcance dos objetivos, podendo ser moderado, alto ou baixo, enquanto risco de controle é a falta de capacidade de prevenir ou detectar e corrigir em tempo hábil uma distorção relevante podendo ser efetivo/eficaz, ou não efetivo/ineficaz.
- (B) risco inerente resulta de eventos, circunstâncias ou ações tomadas que possam afetar a entidade, enquanto risco de controle resultam de eventos ou condições que indiquem pressões para que a fraude seja perpetrada.
- (C) risco inerente resulta de eventos, condições, ações e circunstâncias que afetam adversamente as demonstrações financeiras, enquanto risco de controle é a oportunidade para que a fraude seja evitada.
- (D) risco inerente é o risco de o saldo de uma conta apresentar distorção relevante assumindo que não existe controle relacionado, enquanto o risco de controle resulta das condições em que uma decisão foi tomada e que possa afetar o alcance dos objetivos ou do estabelecimento de suas estratégias.
- (E) risco inerente é o risco significativo de eventos que possam afetar adversamente as demonstrações contábeis, podendo ocorrer, com efeito significativo, enquanto risco de controle é a falta de capacidade de identificar e corrigir distorções nas demonstrações, com grande risco de ocorrer fraudes.

QUESTÃO 21

Assinale a alternativa que apresenta alguns dos componentes que integram o controle interno, tratados em auditoria.

- (A) Ambiente, objetivos, limitações do alcance dos procedimentos, tipos e avaliação de riscos.
- (B) Ambiente, avaliação de risco, sistemas de informação, atividade e monitoramento.
- (C) Ambiente de negócio, estratégias, objetivos, metas e mensuração de risco.
- (D) Processos de operação, estratégias, objetivos, avaliação de risco e sistemas de informação.
- (E) Asseguração, objetivos, estratégias, operacionais, táticas.

QUESTÃO 22

O objetivo de uma auditoria das demonstrações contábeis de uma empresa é permitir ao auditor independente

- (A) estudar e controlar o patrimônio da empresa para fornecer informações sobre aspectos relevantes da sua composição patrimonial e suas variações.
- (B) expressar opiniões acerca das técnicas de escrituração adotado na entidade e planejar maneiras para registrar os atos e fatos administrativos, em conformidade com as normas contábeis.
- (C) avaliar e implantar normas e procedimentos de controle interno para proteção dos bens tangíveis e intangíveis da empresa.
- (D) expressar opiniões se essas demonstrações traduzem ou não, em todos os aspectos relevantes, a situação do patrimônio da empresa, de acordo com as normas brasileiras de contabilidade.
- (E) avaliar a confiabilidade, tendenciosidade, passividade e comparabilidade das demonstrações para que os usuários tenham segurança de que as informações estão de acordo com a legislações e normas previstas.

QUESTÃO 23

A respeito dos objetivos da auditoria interna e da auditoria independente, é correto afirmar que

- (A) o objetivo da auditoria interna é apoiar a administração da entidade no cumprimento dos seus objetivos, enquanto o da auditoria independente é a elaboração de relatório com respectiva emissão de parecer sobre as demonstrações contábeis.
- (B) a auditoria interna se preocupa em avaliar os métodos de rotina e procedimentos, além das técnicas de supervisão e conferência utilizada pela contabilidade, enquanto a auditoria externa cuida de revisar, conciliar e conferir os lançamentos e demonstrações contábeis.
- (C) a atuação, tanto da auditoria interna como auditoria independente não difere na essência quanto às suas tribuições, uma vez que os objetos da avaliação são sempre os registros, normas de escrituração e a contabilidade.
- (D) a auditoria interna tem por objetivo verificar a segurança dos controles financeiros e de supervisão dos controles de qualidade da entidade, enquanto a auditoria externa se preocupa com os pareceres a respeito das demonstrações contábeis.
- (E) a essência da auditoria independente é a execução das técnicas de auditoria por meio do mapeamento dos pontos fortes e fracos do controle interno enquanto a auditoria interna tem foco na revisão da qualidade e avaliação dos processos de gerenciamento de riscos de controle.

QUESTÃO 24

As informações obtidas de demonstrações contábeis, pelo auditor independente, para chegar as conclusões em que se baseia sua opinião, para fins de parecer, denominam-se

- (A) procedimentos de comprovação das conformidades e inconformidades.
- (B) testes de eficiência e eficácia dos controles internos.
- (C) evidências de auditoria.
- (D) procedimentos analíticos de investigação e evidenciação.
- (E) procedimentos de amostragem de qualidade em auditoria.

QUESTÃO 25

O plano de ação detalhado, destinado a orientar adequadamente o trabalho de auditoria, denomina-se

- (A) planejamento e controle dos riscos e confirmação em auditoria.
- (B) programa de controle de qualidade em auditoria.
- (C) relatório de auditoria.
- (D) plano de amostragem.
- (E) programa de auditoria.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

QUESTÃO 26

Dentre os conceitos apresentados nas alternativas a seguir, assinale a alternativa que apresenta corretamente o conceito de Orçamento Público.

- (A) Corresponde às ações do governo durante o mandato de um dado Chefe do Poder Executivo, tendo caráter autorizador de despesas, mas permite contingenciamentos ao longo do ano.
- (B) Corresponde à previsão das receitas e despesas do Estado para um dado ano fiscal, tendo caráter autorizador de despesas, sem permissão para contingenciamento ao longo do ano.
- (C) Corresponde à previsão das receitas e despesas do Estado para um dado ano fiscal, tendo caráter autorizador de despesas, mas permite contingenciamento ao longo do ano.
- (D) Corresponde às ações do governo durante o mandato de um dado Chefe do Poder Executivo, tendo caráter autorizador de despesas, sem permissão para contingenciamentos ao longo do ano.
- (E) Corresponde às ações do Estado durante um dado ano fiscal, não tendo caráter autorizador de receitas e despesas, mas permite contingenciamento ao longo do ano.

QUESTÃO 27

Os princípios orçamentários refletem práticas consagradas de Contabilidade Pública. Assinale a alternativa que apresenta, além da quantidade de princípios oriundos da área do Direito, também, os princípios que correspondem, respectivamente, as seguintes definições: (1) que não deve haver deduções de receitas de alguma despesa, colocando-se apenas resultados líquidos, (2) que cada unidade governamental deve ter apenas um orçamento, e (3) que esse orçamento deve cobrir todas as receitas e despesas.

- (A) 9 princípios, sendo (1) unidade, (2) anualidade, e (3) exatidão.
- (B) 12 princípios, sendo (1) orçamento bruto, (2) unidade, e (3) universalidade.
- (C) 12 princípios, sendo (1) equilíbrio, (2) anualidade, e (3) universalidade.
- (D) 9 princípios, sendo (1) orçamento bruto, (2) unidade, e (3) universalidade.
- (E) 9 princípios, sendo (1) equilíbrio, (2) anualidade, e (3) universalidade.

QUESTÃO 28

De acordo com o art. 165. da Constituição Federal, são Leis de iniciativa do Poder Executivo: o estabelecimento do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais. O parágrafo 3º diz que “O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.” E o parágrafo 4º afirma que “Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.” Outros três artigos definem o que devem conter as leis do plano plurianual (1), das diretrizes orçamentárias (2) e dos orçamentos anuais (3), que são, respectivamente, dentre outros aspectos, os seguintes:

- (A) as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (1); as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente (2); planos de arrecadação, investimentos e seguridade social (3).
- (B) de forma regionalizada, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (1); as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital (2); as metas e prioridades da administração pública federal (3).
- (C) de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (1); planos de arrecadação, investimentos e seguridade social (2); programas de duração continuada (3).
- (D) de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (1); planos de arrecadação, investimentos e seguridade social (2); as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente (3).
- (E) o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público (1); o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto (2); o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público (3).

QUESTÃO 29

O trabalho desenvolvido pela Secretaria de Orçamento Federal, no cumprimento de sua missão institucional de planejar, desenvolver e supervisionar o Sistema Orçamentário Federal, bem como de coordenar o processo relativo às normas técnicas pertinentes pressupõe, na dimensão técnica, a necessidade de

- (A) organização do sistema orçamentário federal, em articulação com o sistema de planejamento, facilitando a integração dos programas e prioridades de Governo e o processo decisório de alocação de recursos; ampliação da ação de articulação e integração entre os órgãos e unidades componentes do sistema orçamentário; promoção do desenvolvimento dos recursos humanos vinculados ao Sistema Orçamentário; e suporte tecnológico às ações inerentes ao processo orçamentário, por intermédio da modernização do Sistema Integrado de Dados Orçamentários – SIDOR.
- (B) organização do sistema orçamentário federal, em articulação com o sistema de planejamento, facilitando a integração dos programas e prioridades de Governo e o processo decisório de alocação de recursos; coordenação efetiva do processo orçamentário, fundamentado em mecanismos de articulação interna e externa; integração do acompanhamento da execução orçamentária à sistemática de elaboração; informações estruturadas e instrumentos que possibilitem análises retrospectivas da execução orçamentária e análises prospectivas dessa execução no exercício em curso para subsidiar as decisões relativas à abertura de créditos adicionais e à fixação de referenciais para o exercício seguinte.
- (C) organização do sistema orçamentário federal, em articulação com o sistema de planejamento, facilitando a integração dos programas e prioridades de Governo e o processo decisório de alocação de recursos; ampliação da ação de articulação e integração entre os órgãos e unidades componentes do sistema orçamentário; promoção do desenvolvimento dos recursos humanos vinculados ao Sistema Orçamentário; e um corpo técnico e decisório imbuído da preocupação contínua e perseverante em responder às questões básicas do “por que” e “para que” a alocação do recurso público.
- (D) coordenação efetiva do processo orçamentário, fundamentado em mecanismos de articulação interna e externa; integração do acompanhamento da execução orçamentária à sistemática de elaboração; informações estruturadas e instrumentos que possibilitem análises retrospectivas da execução orçamentária e análises prospectivas dessa execução, no exercício em curso, para subsidiar as decisões relativas à abertura de créditos adicionais e à fixação de referenciais para o exercício seguinte; e um corpo técnico e decisório imbuído da preocupação contínua e perseverante em responder às questões básicas do “por que” e “para que” a alocação do recurso público.
- (E) coordenação efetiva do processo orçamentário, fundamentado em mecanismos de articulação interna e externa; integração do acompanhamento da execução orçamentária à sistemática de elaboração; ampliação da ação de articulação e integração entre os órgãos e unidades componentes do sistema orçamentário; promoção do desenvolvimento dos recursos humanos vinculados ao Sistema Orçamentário; e suporte tecnológico às ações inerentes ao processo orçamentário, por intermédio da modernização do Sistema Integrado de Dados Orçamentários – SIDOR.

QUESTÃO 30

Assinale a alternativa que apresenta as fontes de informações para análise fiscal a fim de atender o disposto na Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, por parte dos governos estaduais.

- (A) O Balanço Orçamentário e o Relatório Resumido de Execução Orçamentária.
- (B) O Demonstrativo da Execução das Receitas e Despesas e o Relatório de Gestão Fiscal.
- (C) O Relatório de Gestão Fiscal e o Relatório Resumido de Investimentos de Capital.
- (D) O Relatório de Gestão Orçamentária e o Relatório Resumido de Execução de Gastos.
- (E) O Relatório de Gestão Fiscal e o Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

QUESTÃO 31

Nas decisões de investimentos, a respeito da possibilidade de ocorrência de dois ou mais projetos de investimentos se dizerem independentes, assinale a alternativa correta.

- (A) A possibilidade física de implementação de um projeto não anula uma possível aceitação de outros e a aceitação de um investimento exerce influências negativas sobre os resultados líquidos dos demais, seja diminuindo as receitas ou elevando os custos e despesas.
- (B) A aceitação de um investimento exerce influências negativas sobre os resultados líquidos dos demais, seja diminuindo as receitas ou elevando os custos e despesas ao longo do ano e os benefícios produzidos por um projeto não influenciam e não são influenciados pelas decisões de aceitar ou rejeitar outros projetos.
- (C) A possibilidade física de implementação de um projeto não anula uma possível aceitação de outros, podendo ocorrer influências economicamente positivas sobre outros projetos, seja pelo incremento das receitas ou decréscimo dos custos e despesas.
- (D) A aceitação de um investimento exerce influências negativas sobre os resultados líquidos dos demais, seja diminuindo as receitas ou elevando os custos e despesas ao longo do ano e a possibilidade de implementação de um projeto anula a aceitação e outros.
- (E) A possibilidade física de implementação de um projeto não anula uma possível aceitação de outros e os benefícios produzidos por um projeto não influenciam e não são influenciados pelas decisões de aceitar ou rejeitar outros projetos .

QUESTÃO 32

Na elaboração de orçamentos de capital para as decisões de investimentos são consideradas as decisões de expansão e de substituição. Considere os dados a seguir e apure os valores do investimento inicial e do fluxo de caixa acumulado para uma decisão de substituição de investimentos. Investimento A, adquirido há 5 anos pelo valor de R\$ 120.000,00, tendo depreciação constante de R\$ 24.000,00 ao ano durante os 5 anos de sua vida econômica, e com possibilidades de proporcionar resultados líquidos após a depreciação e imposto de renda por mais 5 anos de R\$ 98.400,00 por ano. O investimento A pode ser vendido por R\$ 4.000,00. O novo investimento B, que substituirá o investimento A, tem custo de aquisição de R\$ 200.000,00, também com depreciação constante de R\$ 40.000,00 ao ano durante os 5 anos de sua vida econômica, e com possibilidades de proporcionar resultados líquidos, após a depreciação e imposto de renda por sua vida econômica, de R\$ 204.000,00, anualmente. Para efeitos de cálculo de imposto de renda, utilizar 18%.

- (A) Investimento inicial de R\$ 196.000,00 e Fluxo de caixa acumulado de R\$ 328.000,00.
- (B) Investimento inicial de R\$ 148.000,00 e Fluxo de caixa acumulado de R\$ 1.020.000,00.
- (C) Investimento inicial de R\$ 148.720,00 e Fluxo de caixa acumulado de R\$ 328.000,00.
- (D) Investimento inicial de R\$ 196.720,00 e Fluxo de caixa acumulado de R\$ 528.000,00.
- (E) Investimento inicial de R\$ 196.000,00 e Fluxo de caixa acumulado de R\$ 528.000,00.

QUESTÃO 33

As decisões financeiras são tomadas, fundamentalmente, tendo em vista a obtenção de um resultado futuro, normalmente qualificado como um retorno sobre o investimento. Assim, está presente um componente de incerteza com relação à realização deste retorno no futuro. Quando a incerteza pode ser quantificada por meio de uma distribuição de probabilidades dos diversos resultados previstos, diz-se que a decisão está sendo tomada sob uma situação de risco. A administração de riscos vale-se de diversos instrumentos financeiros para proporcionar às empresas uma proteção contra os riscos. Assim, uma instituição contrata um empréstimo de US\$ 50.000,00 para pagamento em reais no prazo de 60 dias e taxa de juros de 1% capitalizados mensalmente e, na ocasião da contratação do empréstimo, a instituição compra um contrato futuro de dólar que estava sendo negociado por R\$ 1,88 no mercado, para o mesmo prazo do empréstimo, para se proteger de eventual valorização da moeda estrangeira. Decorrido os 60 dias, a cotação do dólar estava em R\$ 1,96. Não levando em conta outras despesas operacionais, assinale a alternativa que demonstra o resultado destas operações para a instituição contratante em reais.

- (A) Ganho no mercado futuro no valor de R\$ 4.000,00.
- (B) Perda no mercado futuro no valor de R\$ 1.969,80.
- (C) Perda pela incidência dos juros de 1% no valor de R\$ 1.969,80.
- (D) Nulo. Valor do pagamento do empréstimo igual valor do contrato futuro no vencimento.
- (E) Ganho no mercado futuro no valor de R\$ 4.080,40.

QUESTÃO 34

O Planejamento financeiro, segundo Gitman, é um aspecto importante das atividades da empresa porque oferece orientação para a direção, a coordenação e o controle das providências tomadas pela organização para que atinja seus objetivos. Dois elementos essenciais do processo de planejamento financeiro são o planejamento de caixa e o planejamento de resultados. O primeiro envolve a elaboração do orçamento de caixa. O segundo exige a elaboração de demonstrações projetadas. Tanto o orçamento de caixa quanto as demonstrações projetadas são úteis para fins de planejamento financeiro interno; também são comumente requisitados por fornecedores atuais e futuros de recursos financeiros. O orçamento de caixa, ou previsão de caixa, é uma demonstração que apresenta as entradas e as saídas de caixa planejadas da empresa, que a utiliza para estimar suas necessidades de caixa no curto prazo, com especial atenção para o planejamento do uso de superávits e a cobertura de déficits. A esse respeito seguem informações necessárias à resolução da questão:

O saldo de caixa estimado de uma empresa para o final de dezembro é de R\$ 15.000,00 e a empresa deverá receber em janeiro R\$ 159.000,00 e em fevereiro R\$ 63.000,00, provenientes de vendas realizadas nos meses anteriores. Informa-se que as vendas da empresa se comportam, quanto ao recebimento, com 20% à vista, 50% com o prazo de 30 dias e 30% com o prazo de 60 dias, inexistindo inadimplência devido rigorosos critérios de concessão de crédito adotados. Para o trimestre de planejamento, são previstas vendas de R\$ 150.000,00 em janeiro, R\$ 160.000,00 em fevereiro e 170.000,00 em março. Com relação aos desembolsos, incluem os pagamentos das compras aos fornecedores, salários e encargos aos trabalhadores, tributos diversos e outras despesas operacionais. As informações apuradas na empresa revelam que será pago em janeiro o valor de R\$ 102.000,00 referente a compras realizadas em meses anteriores. As previsões de compras para o período de planejamento são de R\$ 80.000,00 em janeiro, R\$ 90.000,00 em fevereiro e R\$ 100.000,00 em março. Quanto ao prazo de pagamentos, a empresa pratica pagar 15% das compras à vista e o restante em 30 dias. As demais despesas, incluindo salários e encargos, inclusive 13º salário e 1/3 de férias, além de tributos e outras despesas operacionais, são pagas no mês de incidência e foram previstas em R\$ 68.000,00 para janeiro, R\$ 68.800,00 para fevereiro e R\$ 69.600,00 para março.

Com base nas informações apresentadas, assinale a alternativa que apresenta o saldo final previsto de caixa em cada um dos meses do trimestre de planejamento, janeiro, fevereiro e março.

- (A) Saldo final de caixa previsto para janeiro é de R\$ 22.000,00, para fevereiro é de R\$ 41.700,00 e para março é de R\$ 39.600,00.
- (B) Saldo final de caixa previsto para janeiro é de R\$ 7.000,00, para fevereiro é de R\$ 19.700,00 e para março é de R\$ 2.100,00 negativos.
- (C) Saldo final de caixa previsto para janeiro é de R\$ 89.700,00 negativos, para fevereiro é de R\$ 70.000,00 negativos e para março é de R\$ 72.100,00 negativos.

- (D) Saldo final de caixa previsto para janeiro é de R\$ 92.000,00, para fevereiro é de R\$ 181.700,00 e para março é de R\$ 249.600,00.
- (E) Saldo final de caixa previsto para janeiro é de R\$ 140.300,00, para fevereiro é de R\$ 230.000,00 e para março é de R\$ 297.900,00.

RASCUNHO

QUESTÃO 35

De acordo com Assaf Neto, os métodos quantitativos de análise econômica de investimentos podem ser classificados em dois grandes grupos: os que não levam em conta o valor do dinheiro no tempo e os que consideram essa variação por meio do critério do fluxo de caixa descontado. Em razão do maior rigor conceitual e da importância para as decisões de longo prazo, dá-se atenção preferencial para os métodos que compõem o segundo grupo. Por seu lado, Gitman aborda a análise econômica de investimentos como técnicas de orçamento de capital e afirma que após terem feito estimativas de fluxos de caixa relevantes, as empresas os analisam para julgar se um projeto é aceitável ou para classificar projetos. Existem diferentes técnicas disponíveis para a realização dessas análises. Os enfoques mais usados integram procedimentos de cálculo do valor do dinheiro no tempo, considerações de risco e retorno e conceitos de avaliação para selecionar gastos de capital compatíveis com o objetivo de maximização da riqueza dos proprietários da empresa. Gitman apresenta o método ou técnica de análise do Valor Presente Líquido (VPL) como aquela que leva explicitamente em conta o valor do dinheiro no tempo e, por isso, é considerado uma técnica sofisticada de orçamento de capital. A esse respeito, são apresentadas a seguir algumas informações e solicita-se que seja assinalada a alternativa que apresenta o Valor Presente Líquido (VPL) de cada uma das situações de investimentos apresentadas e a decisão de escolha de um dos investimentos.

Os fluxos de caixa relevantes de uma empresa com relação a dois investimentos são os seguintes: O Investimento A requer Investimento Inicial de R\$ 51.775,00 e as Entradas de Caixa Operacionais incrementais são de R\$ 20.000,00 por cada um dos 4 anos considerados como a vida econômica do projeto. O Investimento B requer Investimento Inicial de R\$ 62.326,00 e as Entradas de Caixa Operacionais incrementais são de R\$ 20.000,00 por cada um dos 4 anos considerados como a vida econômica do projeto. A empresa acredita que a taxa de retorno que compensa estes investimentos é de 18% ao ano. Se preferir, pode utilizar os fatores de juros de valor presente correspondente a taxa de retorno que são 0,847458 para um ano, 0,718184 para dois anos, 0,608631 para três anos e 0,515789 para quatro anos.

- (A) Valor Presente Líquido para o Investimento A é de R\$ 2.026,24 negativos e para o Investimento B é de R\$ 8.524,76 positivos, assim o Investimento B é o escolhido.
- (B) Valor Presente Líquido para o Investimento A é de R\$ 2.026,24 positivos e para o Investimento B é de R\$ 8.524,76 negativos, assim o Investimento A é o escolhido.
- (C) Valor Presente Líquido para o Investimento A é de R\$ 28.225,00 negativos e para o Investimento B é de R\$ 17.674,00 negativos, assim nenhum dos investimentos é escolhido.
- (D) Valor Presente Líquido para o Investimento A é de R\$ 28.225,00 positivos e para o Investimento B é de R\$ 17.674,00 positivos, assim o Investimento A é o escolhido.
- (E) Valor Presente Líquido para o Investimento A é de R\$ 105.576,24 positivos e para o Investimento B é de R\$ 116.127,24 positivos, assim o Investimento B é o escolhido.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO**QUESTÃO 36**

De acordo com a Constituição Federal, no que se refere ao conceito e aos Princípios da Seguridade Social, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. A Universalidade da cobertura e do atendimento é um princípio constitucional da Seguridade Social.
- II. As ações da Seguridade Social estão estritamente ligadas ao princípio do caráter contributivo.
- III. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à educação, à previdência e à assistência social.
- IV. A seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços é um princípio constitucional da Seguridade Social.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas I, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 37

De acordo com a Constituição Federal, no que se refere à Seguridade Social, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- II. Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
- III. A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.
- IV. O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.

- (A) Apenas I.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I e IV.
(D) Apenas I, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 38

No que se refere ao custeio da Seguridade Social, assinale a alternativa correta.

- (A) O orçamento da Seguridade Social é dependente e se confunde com o orçamento do Tesouro Nacional.
(B) Integram o orçamento da Seguridade Social, as contribuições sociais incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos.
(C) O orçamento da Seguridade Social é constituído apenas por receitas das contribuições sociais.
(D) Os trabalhadores não contribuem para o custeio da Seguridade Social, haja vista tratar-se de beneficiários do Sistema.
(E) As contribuições sociais dos empregadores domésticos incidem sobre o faturamento e o lucro líquido.

QUESTÃO 39

No que se refere aos beneficiários da Previdência Social, é correto afirmar que o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa

- (A) são segurados obrigatórios da Previdência Social, como contribuinte individual.
(B) são segurados facultativos da Previdência Social.
(C) não podem ser beneficiários da Previdência Social.
(D) são segurados obrigatórios, como empregados.
(E) são segurados obrigatórios, como trabalhadores avulsos.

QUESTÃO 40

De acordo com as normas que regem a Previdência Social, o aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social-RGPS que estiver exercendo ou que voltar a exercer atividade abrangida por este Regime

- (A) é segurado facultativo em relação a essa atividade, ficando, independentemente da atividade exercida, dispensado de realizar as contribuições de que trata a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para fins de custeio da Seguridade Social.
(B) é segurado obrigatório em relação a essa atividade, ficando, independentemente da atividade exercida, dispensado de realizar as contribuições de que trata a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para fins de custeio da Seguridade Social.
(C) é segurado como contribuinte individual, em relação a essa atividade, ficando a seu critério as contribuições de que trata a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para fins de custeio da Seguridade Social.
(D) é segurado obrigatório em relação a essa atividade, ficando sujeito às contribuições de que trata a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para fins de custeio da Seguridade Social.
(E) é segurado facultativo em relação a essa atividade, ficando a seu critério, a opção de contribuir na forma da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para fins de custeio da Seguridade Social, caso queira aposentar-se novamente.

RASCUNHO

QUESTÃO 41

De acordo com as normas que regem a Previdência Social, no que se refere aos elementos básicos de cálculo do valor dos benefícios, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. O valor do salário-de-benefício não será inferior ao de um salário mínimo, nem superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição na data de início do benefício.
- II. Serão considerados para cálculo do salário-de-benefício os ganhos habituais do segurado empregado, a qualquer título, sob forma de moeda corrente ou de utilidades, sobre os quais tenha incidido contribuições previdenciárias, exceto o décimo-terceiro salário (gratificação natalina).
- III. Não será considerado, para o cálculo do salário-de-benefício, o aumento dos salários-de-contribuição que exceder o limite legal, inclusive o voluntariamente concedido nos 36 (trinta e seis) meses imediatamente anteriores ao início do benefício, salvo se homologado pela Justiça do Trabalho, resultante de promoção regulada por normas gerais da empresa, admitida pela legislação do trabalho, de sentença normativa ou de reajustamento salarial obtido pela categoria respectiva.
- IV. Se, no período básico de cálculo, o segurado tiver recebido benefícios por incapacidade, sua duração será contada, considerando-se como salário-de-contribuição, no período, o salário-de-benefício que serviu de base para o cálculo da renda mensal, reajustado nas mesmas épocas e bases dos benefícios em geral, não podendo ser inferior ao valor de 1 (um) salário mínimo.

- (A) Apenas I.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I e IV.
(D) Apenas I, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 42

No que se refere aos benefícios de Auxílio-doença e Aposentadoria por invalidez, de acordo com as Regras do Regime Geral da Previdência Social, assinale a alternativa correta.

- (A) Os segurados facultativos não podem ser beneficiários de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, haja vista que estes, efetivamente, não exercem atividades de trabalho.
- (B) Durante os primeiros trinta dias de afastamento da atividade por motivo de invalidez, caberá à empresa pagar ao segurado empregado o salário.
- (C) A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.
- (D) O auxílio-doença, decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício.
- (E) Os benefícios de Auxílio-doença e Aposentadoria por Invalidez exigem para sua concessão, o cumprimento

do período de carência correspondente a 6 meses de contribuições.

QUESTÃO 43

No que se refere aos benefícios de Auxílio-acidente, Auxílio-reclusão e Pensão por Morte, de acordo com as Regras do Regime Geral da Previdência Social, assinale a alternativa correta.

- (A) O valor mensal da pensão por morte será constituído de uma parcela, relativa à família, de 80% (oitenta por cento) do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou a que teria direito, se estivesse aposentado na data do seu falecimento, mais tantas parcelas de 10% (dez por cento) do valor da mesma aposentadoria quantos forem os seus dependentes, até o máximo de 2 (duas).
- (B) As famílias dos segurados presos sob o regime semi-aberto não fazem jus ao benefício de auxílio-reclusão.
- (C) A concessão do auxílio-reclusão depende do número mínimo de 12 contribuições mensais como carência para o benefício.
- (D) O auxílio-acidente mensal corresponderá a cinquenta por cento do salário-de-benefício e será devido, até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado.
- (E) O recebimento de salário prejudicará a continuidade do recebimento do auxílio-acidente.

QUESTÃO 44

De acordo com as normas vigentes, é possível o recebimento conjunto dos seguintes benefícios da Previdência Social:

- (A) Pensão por Morte do companheiro e aposentadoria por idade.
- (B) Aposentadoria e auxílio-doença.
- (C) Salário-maternidade e auxílio-doença.
- (D) Mais de um auxílio-acidente.
- (E) Aposentadoria e abono de permanência no serviço.

QUESTÃO 45

De acordo com as normas que regem a Previdência Social, no que se refere ao Acidente de trabalho, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Não se equiparam ao acidente do trabalho o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.
- II. Equiparam-se ao acidente do trabalho o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação.
- III. Equiparam-se ao acidente do trabalho a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade.
- IV. Equipara-se ao acidente do trabalho a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas I, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 46

Acerca da classificação das constituições, assinale a alternativa correta.

- (A) A constituição pactuada é aquela em que o poder constituinte originário se concentra nas mãos de mais de um titular.
- (B) A constituição outorgada é aquela que é fruto de uma Assembleia Nacional Constituinte.
- (C) A constituição promulgada é aquela imposta de maneira unilateral.
- (D) A constituição cesarista é democrática formada por um projeto elaborado pelo povo.
- (E) A constituição escrita é aquela formada por vários documentos legais, inclusive com decisões judiciais e usos e costumes.

QUESTÃO 47

Sobre a Ação Declaratória de Constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- (A) Foi inserida no ordenamento jurídico brasileiro pela Constituição Federal de 1967.
- (B) Os efeitos da Ação Declaratória de Constitucionalidade são *ex nunc* e *inter parts*.
- (C) Pode ser proposta pelo Procurador Geral da República.
- (D) O objeto da Ação Declaratória de Constitucionalidade pode ser uma lei estadual.
- (E) Da decisão que indeferir a petição inicial, por ser inepta, caberá recurso de apelação.

QUESTÃO 48

De acordo com a Constituição Federal, são considerados brasileiros natos:

- (A) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que seus pais estejam a serviço de seu país.
- (B) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro e mãe brasileira que vierem a morar no Brasil até a sua maioridade.
- (C) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- (D) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a morar no Brasil, e optem pela nacionalidade brasileira.
- (E) os portugueses que residem no Brasil há mais de um ano e que possuem idoneidade moral.

QUESTÃO 49

De acordo com a Constituição Federal, o Senador NÃO perde o mandato se

- (A) deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada.
- (B) sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.
- (C) perder ou tiver suspensos os direitos políticos.
- (D) seu procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar.
- (E) for investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária.

QUESTÃO 50

De acordo com a Constituição Federal, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. São assegurados ao empregado doméstico:

- I. remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- II. irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- III. remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
- IV. aposentadoria.

- (A) Apenas III e V.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 51

Dentre as condições de elegibilidade, exige-se

- (A) trinta e cinco anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.
- (B) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.
- (C) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e trinta anos para Senador.
- (D) dezoito anos para prefeito e vinte e um anos para vereador.
- (E) vinte e um anos para deputado estadual e trinta anos para deputado federal.

QUESTÃO 52

Assinale a alternativa que retrata corretamente o princípio da Administração Pública mencionado.

- (A) Publicidade, segundo a qual a Administração Pública deve agir com boa-fé.
- (B) Impessoalidade, de acordo com qual a Administração Pública não pode agir beneficiando uns e prejudicando outros.
- (C) Eficiência, é a transparência da Administração Pública.
- (D) Moralidade administrativa, é a prevalência do interesse público sobre o privado.
- (E) Legalidade, a Administração Pública pode fazer tudo o que a lei não proibir expressamente.

QUESTÃO 53

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- II. É vedado à União utilizar tributo com efeito de confisco.
- III. A União tem a faculdade de instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.
- IV. Pode ser instituído imposto sobre os templos de qualquer culto.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II, III e IV.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 54

De acordo com a Constituição Estadual do Pará, assinale a alternativa correta.

- (A) Pode requerer plebiscito ou referendo, 1% do eleitorado estadual.
- (B) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembleia Legislativa de projetos subscritos por, no mínimo, dez por cento do eleitorado do Estado.
- (C) É assegurado o direito de aposentadoria aos servidores públicos estaduais e municipais, compulsoriamente, aos sessenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- (D) É competência privativa do estado, zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas, e conservar o patrimônio público.
- (E) O ingresso na atividade notarial e de registro independe de concurso público de provas e títulos.

QUESTÃO 55

Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha dos Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República, compete ao/à

- (A) Congresso Nacional.
- (B) Câmara Legislativa.
- (C) Câmara dos Deputados.
- (D) Senado Federal.
- (E) Supremo Tribunal Federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO**QUESTÃO 56**

No que se refere aos Poderes da Administração, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. É possível no Brasil decreto regulamentar autônomo, em caráter excepcional e quando expressamente autorizado pela Constituição Federal.
- II. O poder de polícia retira um direito pessoal do administrado em nome do interesse público.
- III. O poder de polícia não pode ser delegado ao particular, no entanto, admite-se a delegação de atos materiais ou instrumentais.
- IV. O Poder Disciplinar decorre do Poder Hierárquico.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas I, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 57

No que se refere à extinção dos Atos Administrativos, a retirada pelo Poder Público do ato administrativo porque o destinatário descumpriu as condições inicialmente impostas, é denominada de

- (A) Tredestinação.
- (B) Caducidade.
- (C) Efeito Prodrômico.
- (D) Cassação.
- (E) Contraposição.

QUESTÃO 58

No que se refere às hipóteses de delegação de serviço público, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Não é possível a concessão comum de serviço público à pessoa física. Só pode ser concedido à pessoa jurídica ou consórcio de empresas.
- II. A permissão de serviço público é a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.
- III. A autorização de serviço público se formaliza através de ato administrativo unilateral.
- IV. A permissão de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão.

- (A) Apenas I.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I e IV.
(D) Apenas I, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 59

No que se refere à Organização administrativa, assinale a alternativa correta.

- (A) Os débitos judiciais da autarquia são pagos pelo regime de precatório.
(B) As empresas públicas integram a Administração Direta e as sociedades de economia mista fazem parte da Administração Indireta.
(C) Os órgãos administrativos tem personalidade jurídica, todavia, não podem ir a Juízo nem tampouco celebrar contratos.
(D) Somente por Lei Complementar é possível autorizar a instituição de Autarquia.
(E) Entre a Administração Direta e Administração Indireta existe hierarquia.

QUESTÃO 60

De acordo com a Lei 8.666/93, os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato da autoridade competente, observando-se o procedimento licitatório sob a modalidade

- (A) Pregão ou Leilão.
(B) Concorrência ou Leilão.
(C) Leilão, somente.
(D) Concorrência e Pregão.
(E) Tomada de Preços.

QUESTÃO 61

De acordo com a Lei 8.666/93, é dispensável a licitação

- (A) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
(B) para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.
(C) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem

prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas

- (D) quando for necessária a contratação de serviços de publicidade e divulgação.
(E) para contratação de serviços técnicos de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.

QUESTÃO 62

No que se refere ao procedimento de Licitação, de acordo com a Lei 8.666/93, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- II. Somente os licitantes e o Tribunal de Contas são partes legítimas para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação Lei 8.666/93.
- III. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- IV. A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

- (A) Apenas I.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I e IV.
(D) Apenas I, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 63

No que se refere aos contratos administrativos, de acordo com a Lei 8.666/93, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. O regime jurídico dos contratos administrativos confere à Administração a prerrogativa de aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste feito no contrato.
- II. Considera-se exorbitante a cláusula que estabeleça a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos.
- III. É exorbitante a cláusula contratual que estabeleça garantia na modalidade fiança bancária.
- IV. A garantia prestada pelos contratados não será liberada, mesmo após a conclusão do contrato, haja vista tratar-se de cláusula necessária nos contratos administrativos.

- (A) Apenas I.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I e IV.
(D) Apenas I, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 64

De acordo com a Lei 8.666/93, os contratos administrativos podem ser alterados unilateralmente pela Administração

- (A) quando conveniente a substituição da garantia de execução.
(B) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
(C) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
(D) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado.
(E) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

QUESTÃO 65

A utilização coercitiva e temporária, em caso de emergência ou calamidade, de bens particulares pelo Poder Público por ato de execução imediata e direta da autoridade requisitante e com indenização ulterior, se houver dano, é uma forma de intervenção do Estado na propriedade, denominada de

- (A) Desapropriação.
(B) Requisição.
(C) Confisco.
(D) Limitação administrativa.
(E) Ocupação temporária.

QUESTÃO 66

No que diz respeito aos direitos e deveres dos Servidores Públicos, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- II. Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- III. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- IV. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor será demitido, contudo, lhe será conferido direito à indenização proporcional ao tempo de serviço.

- (A) Apenas I.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I e IV.
(D) Apenas I, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 67

No que se refere ao Regime Previdenciário dos Agentes Públicos, de acordo com a Constituição Federal, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria, e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.
- II. Os proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão à totalidade da remuneração.
- III. É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.
- IV. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

- (A) Apenas I.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I e IV.
(D) Apenas I, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 68

No que se refere ao Processo Administrativo, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa, quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
- II. A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar torna a penalidade imposta anulável.
- III. É legítima a exigência de depósito prévio para admissibilidade de recurso administrativo.
- IV. O recurso administrativo tramitará, no máximo, por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.

- (A) Apenas I.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I e IV.
(D) Apenas I, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 69

No que se refere à Improbidade Administrativa, assinale a alternativa correta.

- (A) A competência para o julgamento das ações de improbidade administrativa deve observar o foro por prerrogativa de função dos agentes.
- (B) As sanções decorrentes dos atos de improbidade administrativa dependem da ocorrência de dano ao patrimônio público e da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.
- (C) Os atos de improbidade administrativa que importem dano ao erário podem gerar como sanção multa civil de até 100 vezes o valor do dano.
- (D) Os atos de improbidade administrativa que importem em enriquecimento ilícito podem gerar ao agente a suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 5 a 8 anos.
- (E) Os atos de improbidade que importem dano ao erário podem gerar ao agente a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, pelo prazo de cinco anos.

QUESTÃO 70

De acordo com a Lei nº 5.810, de 24/01/1994, e posteriores atualizações (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Pará), analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. O servidor autorizado a afastar-se para estudo em área do interesse do serviço público, fora do Estado do Pará, com ônus para os cofres do Estado, deverá, sequentemente, prestar serviço, por igual período, ao Estado.
- II. O servidor preso em flagrante, pronunciado por crime comum, denunciado por crime

administrativo, ou condenado por crime inafiançável, será afastado do exercício do cargo, até sentença final transitada em julgado.

- III. Em caso de condenação criminal, transitada em julgado, não determinante da demissão, continuará o servidor afastado até o cumprimento total da pena, com direito a um terço do vencimento ou remuneração, excluídas as vantagens devidas em razão do efetivo exercício do cargo.
- IV. O servidor no exercício de cargo de provimento efetivo, mediante a sua concordância poderá ser colocado à disposição de qualquer órgão da administração direta ou indireta, da União, do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios, com ou sem ônus para o Estado do Pará, desde que observada a reciprocidade.

- (A) Apenas I.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I e IV.
(D) Apenas I, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

DIREITO FINANCEIRO**QUESTÃO 71**

A respeito do tema finanças públicas, previsto na Constituição Federal, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Banco Central.
- II. É permitido ao Banco Central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.
- III. O Banco Central não poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.
- IV. As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no banco central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.

- (A) Apenas I.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I e IV.
(D) Apenas I, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 72

A respeito dos princípios orçamentários, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação de despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei, tal assertiva representa o princípio da exclusividade.
- II. A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, tal assertiva representa o princípio da unidade.
- III. Todas as receitas e despesas devem estar previstas na Lei Orçamentária Anual, tal assertiva representa o princípio da programação.
- IV. O orçamento não deve conter apenas as estimativas para as receitas e despesas do próximo exercício financeiro, mas, também, a previsão de objetivos e metas relacionados à realização das necessidades públicas, tal assertiva representa o princípio da anualidade.

- (A) Apenas II e III.
(B) Apenas I e II.
(C) Apenas III e IV.
(D) Apenas I, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 73

A respeito do posicionamento atual do Supremo Tribunal Federal sobre o controle concentrado de constitucionalidade das leis orçamentárias, assinale a alternativa correta.

- (A) O posicionamento atual é no sentido da impossibilidade de controle em abstrato das leis orçamentárias.
- (B) O posicionamento atual reconhece a impossibilidade de controle em abstrato das leis orçamentárias, pois tais leis do ponto de vista material seriam atos administrativos concretos.
- (C) O posicionamento atual é no sentido de reconhecer a inconstitucionalidade independentemente da análise da densidade normativa e do âmbito material da lei.
- (D) O posicionamento atual é no sentido apenas de reconhecer a inconstitucionalidade no caso da lei possua caráter de ato administrativo.
- (E) O posicionamento atual é no sentido de somente reconhecer a inconstitucionalidade quando a norma possuir densidade normativa abstrata suficiente para ser objeto de controle.

QUESTÃO 74

A respeito dos Orçamentos na forma disposta na Constituição Federal, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- II. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- III. O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- IV. A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

- (A) Apenas I e II.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas III e IV.
(D) Apenas I, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 75

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
- II. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes; declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- III. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a um exercício.
- IV. Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos não serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

- (A) Apenas I, III e IV.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas III e IV.
(D) Apenas I e II.
(E) I, II, III e IV.

CONTROLE EXTERNO

QUESTÃO 76

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Os Conselheiros, em suas ausências e impedimentos, por motivos de licença, férias ou outro afastamento legal, serão substituídos, mediante convocação do Presidente do Tribunal, pelos Auditores, observada a ordem de antiguidade no cargo, ou a maior idade, no caso de idêntica antiguidade.
- II. Os Auditores também poderão ser convocados pelo Presidente, para efeitos de quorum nas sessões, sem que esta convocação importe em substituição.
- III. Compõem o Tribunal de Contas do Estado: Plenário; Procuradoria; Auditoria e Serviços Auxiliares.
- IV. O Tribunal de Contas do Estado, por deliberação da maioria relativa dos Conselheiros efetivos, poderá dividir-se em Câmaras, as quais terão composição,

competência e funcionamento regulados pelo Regimento.

- (A) Apenas I, III e IV.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas III e IV.
(D) Apenas I e II.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 77

De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Pará, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O Presidente, o Vice-presidente e o Corregedor serão eleitos por seus pares, conforme processo estabelecido no Regimento, para mandato correspondente a dois anos, permitida a reeleição consecutiva para mais um período.
- (B) O Corregedor substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, seguindo-o na ordem de substituição o Vice-presidente e a este o Conselheiro mais antigo no exercício do cargo.
- (C) Compete ao Presidente, dentre outras atribuições estabelecidas no Regimento, movimentar diretamente, ou por delegação submetida à aprovação do Plenário, as dotações e os créditos orçamentários próprios e praticar os atos de administração financeira, orçamentária e patrimonial necessários ao funcionamento do Tribunal.
- (D) Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado serão escolhidos da seguinte forma: dois pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembleia Legislativa, sendo um alternadamente dentre Auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Plenário, segundo critérios de antiguidade e merecimento e cinco pela Assembleia Legislativa.
- (E) É vedado, ao Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, em processo de interesse próprio, de cônjuge ou de parentes consanguíneos, ou afins, na linha ascendente ou descendente e na linha colateral, até o segundo grau, inclusive.

QUESTÃO 78

A respeito da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Pará, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. O Auditor, quando em substituição a Conselheiro, terá as mesmas garantias, impedimentos, vencimentos e vantagens do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de direito e, nesse caso, seus vencimentos e vantagens serão fixados com diferença não superior a dez por cento das percebidas pelos Conselheiros.
- II. O Auditor, depois de empossado, só perderá o cargo por processo administrativo ou na hipótese de incompatibilidade ou impedimento previsto nesta Lei.
- III. Disporá o Tribunal de Contas de quadro próprio para seu pessoal, com a organização e as atribuições que forem fixadas no Regimento.
- IV. Aos funcionários do Tribunal de Contas do Estado ficam aplicadas, no que couber, as disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado, não podendo os mesmos patrocinar, direta ou indiretamente, interesses de pessoas ou entidades sujeitas a jurisdição do Tribunal, sob pena de demissão.

- (A) Apenas I, III e IV.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas III e IV.
(D) Apenas I e II.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 79

A respeito da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Pará, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. O Tribunal julgará as prestações de contas até o término do exercício seguinte àquele em que estas lhe tiverem sido apresentadas, interrompendo-se este prazo quando procedidas diligências ou inspeções.
- II. Ao julgar as contas, o Tribunal decidirá se estas são regulares, regulares com ressalvas ou irregularidades, definindo, conforme o caso, a responsabilidade civil dos gestores.
- III. Dentro do prazo de dez anos, contados da publicação da decisão terminativa no Diário Oficial do Estado, o Tribunal poderá, a vista de novos elementos que considere suficientes, autorizar o desarquivamento do processo e determinar que se ultime a respectiva tomada ou prestação de contas.
- IV. A decisão do Tribunal, de que resulte imputação de débito ou cominação de multa, torna a dívida líquida e certa e tem eficácia de título executivo.

- (A) Apenas I, III e IV.
(B) Apenas II e III.

- (C) Apenas III e IV.
(D) Apenas I, II e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 80

De acordo com a Constituição Federal, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de

- I. avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- II. comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- III. exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- IV. apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

- (A) Apenas I, III e IV.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas III e IV.
(D) Apenas I e II.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 81

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s). De acordo com o Regimento Interno, a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Pará, abrange:

- I. os responsáveis pela aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado, mediante contrato, convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos jurídicos congêneres.
- II. os responsáveis pela aplicação dos recursos tributários arrecadados pela União e entregues ao Estado, nos termos da Constituição Federal.
- III. os dirigentes ou liquidantes das empresas encampadas ou sob intervenção ou que, de qualquer modo, venham a integrar, provisória ou permanentemente, o patrimônio do Estado ou de outra entidade pública estadual.
- IV. os responsáveis por entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que recebam contribuições parafiscais e prestem serviço de interesse público ou social.

- (A) Apenas I.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I e IV.
(D) Apenas I, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 82

Assinale a alternativa INCORRETA. De acordo com o Regimento Interno, compete ao Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, deliberar sobre

- (A) atos de admissão de pessoal da administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público estadual, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- (B) concessões de aposentadorias, reformas e pensões.
- (C) enunciados da súmula de jurisprudência do Tribunal.
- (D) consulta, em tese, relativa à matéria de competência do Tribunal.
- (E) representação ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados, indicando o ato inquinado e definindo responsabilidade.

QUESTÃO 83

De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Os julgamentos obedecerão à ordem da pauta, e somente será concedida a inversão da mesma quando o Relator do processo for o Conselheiro que estiver presidindo a Sessão.
- II. As Sessões do Plenário serão Ordinárias, Extraordinárias e Solenes.
- III. As Sessões Extraordinárias serão convocadas pelo Presidente, de ofício, ou por proposta de Conselheiro, devendo tal convocação ser feita com antecedência mínima de 48 horas.
- IV. É obrigatória a presença de, pelo menos, três (3) Conselheiros em condições de votar, para que o Plenário se reúna e delibere sobre os processos em pauta ou a respeito de qualquer assunto submetido à decisão do Colegiado.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 84

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.
- (B) A despesa total com pessoal, em cada período de apuração nos Estados, não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) da receita corrente líquida.
- (C) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.

- (D) O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.
- (E) É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

QUESTÃO 85

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta.

- (A) A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, não necessitando estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.
- (B) Na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física, ou jurídica que não esteja sob seu controle direto ou indireto, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres poderão ser inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.
- (C) Salvo mediante lei específica, não poderão ser utilizados recursos públicos, inclusive de operações de crédito, para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, ainda que mediante a concessão de empréstimos de recuperação ou financiamentos para mudança de controle acionário.
- (D) Independentemente de autorização em lei específica as prorrogações e composições de dívidas decorrentes de operações de crédito, bem como a concessão de empréstimos ou financiamentos.
- (E) Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos não integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

DIREITO PENAL**QUESTÃO 86**

Assinale a alternativa correta.

- (A) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem, constitui o crime de prevaricação.
- (B) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, constitui o crime de corrupção passiva.
- (C) Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função, constitui o crime de tráfico de influência.
- (D) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário, constitui o crime de condescendência criminosa.
- (E) Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente, constitui o crime de advocacia administrativa.

QUESTÃO 87

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. Constitui crime contra as finanças públicas:

- I. ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa.
- II. ordenar ou autorizar a assunção de obrigação, nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro ou, caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, que não tenha contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa.
- III. prestar garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contragarantia em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada, na forma da lei.
- IV. ordenar, autorizar ou promover a oferta pública ou a colocação no mercado financeiro de títulos da dívida pública sem que tenham sido criados por lei ou sem que estejam registrados em sistema centralizado de liquidação e de custódia.

- (A) Apenas I, III e IV.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas III e IV.
(D) Apenas I e II.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 88

A respeito da Lei Federal nº 8666/93 (Lei de Licitações), analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato, cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário constitui crime.
- II. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório, constitui contravenção penal.
- III. Os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública condicionada à representação, cabendo ao Ministério Público promovê-la.
- IV. Qualquer pessoa poderá provocar, para os efeitos desta Lei, a iniciativa do Ministério Público, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e sua autoria, bem como as circunstâncias em que se deu a ocorrência.

- (A) Apenas I e IV.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas III e IV.
(D) Apenas I e II.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 89

A respeito das causas extintivas da punibilidade previstas no Código Penal, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Extingue-se a punibilidade pela morte do agente; pela anistia, graça ou indulto.
- II. Extingue-se a punibilidade pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação pública.
- III. A extinção da punibilidade de crime que é pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro não se estende a este.
- IV. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.

- (A) Apenas I e IV.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I, III e IV.
(D) Apenas II e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 90

Assinale a alternativa correta a respeito do concurso de pessoas na forma prevista no Código Penal.

- (A) No concurso de pessoas, se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a dois terços.
- (B) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, independentemente de sua culpabilidade.
- (C) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, inclusive quando elementares do crime.
- (D) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
- (E) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, são puníveis, mesmo se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

DIREITO CIVIL**QUESTÃO 91**

De acordo com o Código Civil, no que se refere aos contratos, é correto afirmar que

- (A) o direito de preferência nos contratos de compra e venda é transmissível aos herdeiros.
- (B) não é lícita a compra e venda entre cônjuges de bens excluídos da comunhão.
- (C) em caso de suicídio, em hipótese alguma, o beneficiário recebe o pagamento do capital segurado.
- (D) a doação feita ao nascituro necessita da autorização de seu representante legal.
- (E) para a formalização do contrato de fiança, exige-se como requisito o consentimento do devedor.

QUESTÃO 92

São pessoas jurídicas de direito público interno:

- (A) União e UNESCO.
- (B) Fundações e partidos políticos.
- (C) Autarquias.
- (D) ONU e os Territórios.
- (E) Associações.

QUESTÃO 93

De acordo com o Código Civil, acerca dos direitos da personalidade, é correto afirmar que

- (A) o princípio do consenso afirmativo determina que a pessoa capaz deva manifestar sua vontade de dispor gratuitamente do seu próprio corpo.
- (B) o ato de disposição do próprio corpo é irrevogável.
- (C) o pseudônimo não possui a mesma proteção que o nome.
- (D) em caso de risco de vida, o paciente pode ser obrigado a ser submetido a tratamento médico.
- (E) os direitos da personalidade são taxativamente previstos pelo Código Civil.

QUESTÃO 94

De acordo com o Código Civil, acerca da prescrição, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Prescreve em um ano, a pretensão dos hospedeiros ou fornecedores de víveres destinados a consumo no próprio estabelecimento, para o pagamento da hospedagem ou dos alimentos.
- II. Prescreve em dois anos, a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.
- III. Prescreve em três anos, a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.
- IV. Prescreve em três anos, a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.

- (A) Apenas II e IV.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I.
- (D) Apenas II.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 95

De acordo com o Código Civil, é anulável o negócio jurídico

- (A) que tiver por objetivo fraudar lei imperativa.
- (B) por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.
- (C) celebrado por pessoa absolutamente incapaz.
- (D) quando for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.
- (E) que não revestir a forma prescrita em lei.

ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO

QUESTÃO 96

A Teoria da Produção e do Custo é de importância fundamental para a administração econômica da empresa. No que concerne a Teoria da Produção, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Uma firma que apresente tecnologia de produção com rendimentos constantes de escala não poderá apresentar produto marginal decrescente para cada fator.
- II. Se uma empresa opera com economias de escala, seu custo médio é decrescente e maior que seu custo marginal.
- III. A função de produção indica a menor quantidade de produto que pode ser obtida a partir de determinada quantidade de insumos.
- IV. Uma isoquanta é uma curva que representa todas as possíveis combinações de insumos que resultam no mesmo volume de produção.

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e IV.
- (C) Apenas II, III e IV.
- (D) Apenas I, II e III.
- (E) Apenas II e IV.

QUESTÃO 97

Sobre as temáticas de taxa de câmbio e balanço de pagamentos, assinale a alternativa correta.

- (A) A curva BP é dada pelas combinações do nível de renda e da taxa de juros que tornam o saldo total do balanço de pagamentos nulo. Qualquer ponto abaixo da curva BP indica um superávit, e qualquer ponto acima um déficit no saldo do balanço de pagamentos.
- (B) Em um sistema de flutuação pura, a taxa de câmbio é livremente determinada pela interação entre oferta e demanda de divisas. Neste caso, a taxa de câmbio se ajusta instantaneamente de modo a corrigir eventuais desequilíbrios no balanço de pagamentos.
- (C) Em um sistema de câmbio fixo, o Banco Central detém o controle sobre a oferta monetária.
- (D) Quanto maior a mobilidade de capitais, maior a inclinação da curva Balanço de Pagamentos (BP).
- (E) Uma desvalorização cambial eleva o valor das reservas internacionais em moeda doméstica. A contrapartida, no caso, dá-se por meio de uma expansão da base monetária.

QUESTÃO 98

Com base no conteúdo relacionado às Contas Nacionais, assinale a alternativa correta

- (A) A soma das remunerações dos fatores de produção é igual à soma dos gastos em bens e serviços finais produzidos internamente.
- (B) Quando em um país operam um grande número de empresas estrangeiras, ao mesmo tempo em que poucas empresas e residentes deste país operam em outras economias, o PIB será maior que o PNB.
- (C) O acúmulo de estoques indesejados é contabilizado como investimento nas contas nacionais.
- (D) O PIB corresponde ao valor adicionado de todos os bens e serviços produzidos em um país, sendo que, por valor adicionado, entende-se o valor da produção mais o consumo dos bens intermediários.
- (E) Quando crescem as remessas de juros ao exterior, aumenta-se o déficit na conta de capitais, *coeteris paribus*.

QUESTÃO 99

Acerca das temáticas relacionadas à Economia Monetária, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Em uma economia sem moeda manual, o multiplicador monetário corresponde ao inverso do coeficiente de encaixes totais dos bancos comerciais.
- II. Se o banco central quiser aumentar a quantidade de moeda na economia, ele pode realizar operações de mercado aberto que envolvam venda de títulos públicos, ou reduzir as alíquotas do compulsório.
- III. A expansão dos meios de pagamento pode ser causada pelo aumento de operações de redesconto.
- IV. A “monetização”, pelos bancos, de haveres não-monetários do público leva à destruição de meios de pagamentos.

- (A) Apenas I e III.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 100

Desde o início do Século XX, com a ampliação da esfera de atuação do Estado, tem-se desenvolvido diferentes teorias para estimular a eficiência do aparelho público. Entre elas, encontra-se a contribuição de Max Weber. Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto aos aspectos enfatizados nos estudos de Weber.

- (A) Racionalidade.
- (B) Divisão especializada de tarefas.
- (C) Eficiência.
- (D) Centralização de recursos e competências.
- (E) Regras impessoais de conduta.